



**SINDSIFCE**  
**INFORMA**



Uma seção  
sindical do  
**SINASEFE**

Segunda, 30 de julho de 2012 - Ano I - Nº 10 - Distribuição gratuita

## Assembleia do SINDSIFCE rejeita proposta do governo

Os trabalhadores do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) em greve rejeitaram a nova versão da proposta governamental apresentada aos docentes, no dia 24 de junho de 2012. Mais de 150 pessoas presentes à assembleia da categoria, por unanimidade, disseram "NÃO" a proposta, por entender que ela escondia armadilhas que podem ameaçar seriamente a carreira e a própria educação, apresentando um viés seletivo, excludente e mercadológico, que prima pelo produtivismo através de uma questionável meritocracia.

Este posicionamento foi reafirmado na 111ª Plenária Nacional do SINASEFE,

realizada nos dias 27 e 28 de julho, em Brasília. Das 37 seções sindicais presentes, 29 afirmaram ter debatido a proposta do governo em suas bases apontando, de forma unânime, para a rejeição da contraproposta. Além do mais, a não sinalização por parte do governo de uma proposta

**Das 39 seções presentes a maioria afirmou ter debatido e todas rejeitaram a "nova" proposta do governo.**

concreta que contemple os técnico-administrativos continua a indignar a categoria que reafirmou a disposição em permanecer em greve enquanto

as reivindicações de ambas carreiras não forem atendidas.

Apresentada e reapresentada na forma de um documento designado "Aspectos Conceituais da Proposta", a proposição não toma para si o formato de um Projeto de Lei, o que abre espaços para reformulações que alterem, sobremaneira, qualquer conteúdo a ser firmado. Na primeira versão, o governo indicou que pretende impor uma reforma da educação a partir da adoção de um modelo produtivista, o que pode subverter a educação praticada no âmbito dos Institutos e nas Universidades Federais.

## O canto da sereia

Para ludibriar a categoria, o governo apresentou uma contraproposta que contém algumas pequenas melhorias financeiras e retira do corpo da versão atual, vários gargalos que ameaçavam seriamente a carreira, remetendo-os para a definição futura em Grupos de Trabalho (GTS), contando com a participação das entidades signatárias de um eventual acordo: Sindicatos do setor de educação, Ministério da Educação (MEC) e os Conselhos dos Reitores dos Institutos e das Universidades Federais.

O ato de retirar os engodos propostos não é sinônimo de

abrir mão da intensão de pô-los em prática. Sabemos o que representa remetermos para GTS a definição futura da carreira e de nossas práticas educacionais. Aquelas ações de interesse do governo terão desenvolvimento célere e rito

**Remeter definições para futuros GTs significa por em prática os interesses do governo e fazer se arrastar os da comunidade.**

sumário. As de interesse da comunidade se arrastarão no tempo.

Para não irmos muito longe, basta lembrar como foi o

funcionamento do GT de recomposição da carreira proposto no mês de julho de 2011, que se arrastou no final do ano passado e início deste, sem que nada de objetivo fosse firmado. O marasmo e a ausência de ações concretas levaram a que os trabalhadores dos sindicatos do setor de educação deflagrassem a atual greve.

Na prática, aceitar a proposta do governo é lhe conferir a condição de sujeito onipotente e plenipotenciário na regulamentação da carreira e na formulação das políticas que regulamentarão o setor de

educação. Que tipo de diretrizes serão estabelecidas como critérios para a avaliação de desempenho para fins de progressão na carreira e para promoção entre as classes? O que representarão na vida institucional as Certificações de Conhecimento Tecnológico (CCT) e seu vínculo a práticas de produções de patentes, participação em projetos (como o PRONATEC), ações de gestão etc.? O que significará a disseminação de recebimento pela prática preceptoria e na condução de projetos para o cotidiano daqueles que fazem a educação?

Rejeitamos qualquer proposta que remeta para GTS temas relevantes de nossa pauta de reivindicações. Em nossa percepção, é como se

estivéssemos assinando um cheque em branco para o livre preenchimento do portador. Portador este, que pelo seu passado próximo e distante, carece de credibilidade.

**Remeter definições para futuros GTs significa por em prática os interesses do governo e fazer se arrastar os da comunidade.**

A própria forma midiática que o governo utilizou para afirmando-a “definitiva”, com o objetivo de conduzir a população a pensar que abiscoitaríamos 45% de ganhos salariais nos próximos três anos, fazendo uso de tabelas defasadas, revela os interesses escusos.

Tão somente os doutores,

com dedicação exclusiva e em fim de carreira terão pequenos ganhos acima da inflação. Se considerada a inflação acumulada entre julho de 2010 e junho de 2012, calculada com base no Índice Geral de Preços (IGP-M) na ordem de 15% e projetarmos a inflação acumulada até o ano de 2015, prevista, aproximadamente, para alcançar o patamar de 32%, veremos que muitos de nossos docentes terão perdas de poder aquisitivo. Não vamos cair no “canto da sereia” de tabelas remuneratórias.

Para ver em detalhes as perdas e ganhos conforme posicionamento na carreira, verificar estudo preliminar do DIEESE no sítio:

<http://migre.me/a8nvf>

## Questão de princípios

Do ponto de vista conceitual, a proposta padece dos mesmos desvios da versão apresentada no dia 13 de junho do corrente, avançando gravemente sobre a forma da carreira projetada pelo ANDES e pelo SINASEFE.

**O governo que já tinha sinalizado aceitar a progressão em 18 meses voltou atrás nessa "nova proposta".**

Por entendermos que docentes das Universidades e dos Institutos Federais exercem as mesmas funções educacionais (ensino, pesquisa e extensão), pleiteamos a formatação de carreira única, com um único cargo: professor federal. Mais uma vez, o governo simplesmente se comporta como se desconhecesse esse pleito, apontando a carreira para quatro cargos: Cargo do Magistério Superior (MS), Cargo do Magistério da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), Cargo Isolado do MS e Cargo

Isolado da EBTT.

Pretendemos que a remuneração se configure a partir de uma única linha no contra-cheque: Vencimento Básico (VB). Essa é a forma para fortalecer os salários. Em vez disso, o governo aposta na política de fortalecer gratificações e no fortalecimento da Restituição por Titulação. Para verificar, basta tomar a CCT como critério de recebimento da RT de mestres e de doutores, por especialistas e mestres: essa política é um desestímulo para o exercício da pós-graduação,

Pleiteamos que a progressão se dê a cada 18 meses, sem que ajam quaisquer mecanismos que restrinjam que se chegue ao topo da carreira. Nas rodadas anteriores, o governo havia admitido tal possibilidade. Agora, retroage afirmando a progressão de 24 em 24 meses.

Desejamos que os valores recebidos na progressão a cada

step sejam equivalentes entre si, possibilitando um crescimento lógico. Coisa que não observamos na atual estrutura, nem na proposta governamental.

Na proposta atual só mestres e doutores alcançam a classe D – V. Conforme a Lei nº 11.784/2008 não há restrições para a progressão de graduados, aperfeiçoados e especialistas. Consoante proposta

**É imprescindível que todos os trabalhadores possam alcançar o topo da carreira, independente de titulação.**

governamental, só mestres e doutores alcançarão a classe D – IV, tipificando uma clara restrição de direitos. Segundo o argumento do governo essa foi a forma encontrada para estimular docentes para a vida acadêmica. Na verdade, o governo sofisma ao dizer que sua proposta privilegia a verticalização da formação docente.

# Nossa resposta: ações de rua e radicalização da greve

Diante do exposto, não poderia ser outra a posição dos trabalhadores em greve, senão rejeitar a contraproposta governamental. Ainda que seu conteúdo fosse positivo, coisa que não o é, não poderíamos nos retirar da greve, visto que compomos um sindicato de duas categorias e o seguimento técnico-administrativo continua sem qualquer proposta.

Nossas ações na última Marcha à Brasília, exigindo audiência junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é uma demonstração que o conjunto dos servidores públicos federais não aceitam o descaso que o governo federal trata a

categoria. Nem mesmo a repressão desencadeada pela polícia militar do Distrito Federal nos retirou da rua. Para demover o governo da posição de intransigência propomos atos públicos e de radicalização da greve. Que o Sindicato Nacional organize campanha para que os trabalhadores em greve não deem sequencia aos projetos institucionais e que não deem

**Ainda que a contraproposta tivesse conteúdo positivo, coisa que não é, não poderíamos sair da greve sem os técnico-administrativos serem atendidos.**

início às aulas do PRONATEC.

Ademais, a intensificação das ações nas ruas deve ser a tônica das mobilizações nos estados, avançando na construção da unidade entre as categorias de servidores públicos federais que cruzaram seus braços frente ao descaso do governo federal. Vamos nos unir nas ruas e sinalizar ao governo que mesmo frente ao silêncio perverso em relação a maioria das reivindicações dos servidores e categorias em greve, frente às ameaças autoritárias que desrespeitam e atentam contra os direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, estamos fortes e unidos numa caminhada que não aceitará outra condição senão a vitória.



# Negocia Dilma!!!

No dia 31 de julho, dia nacional de mobilização, realizamos passeata saindo da Reitoria da UFC em direção à Praça do Ferreira. No transcurso da manifestação, trancamos os cruzamentos da Avenida da Universidade com Treze de Maio e da Avenida da Universidade com Duque de Caxias. Cerca de cinco mil pessoas participaram das manifestações, cobrando da presidente Dilma a abertura das negociações com o conjunto dos servidores públicos federais.

Destacamos a participação da comunidade ifceana. Estavam representadas as quatro seções sindicais do SINASEFE no Estado do Ceará. Além do SINDSIFCE, estavam representados o SINASEFE – CARIRI (Juazeiro do Norte), SINASEFE – CRATO, SINASEFE – IGUATU. Além dos servidores lotados no Campus Fortaleza e na Reitoria, se fizeram presentes as manifestações, técnicos administrativos, professores e estudantes dos campi de Sobral,

Acaraú, Umirim, Quixadá, Canindé, Cedro, Iguatu, Juazeiro do Norte e Crato.

Numa prova de unidade de luta dos servidores públicos no Estado do Ceará, participaram do ato público, os servidores técnicos administrativos da Universidade Federal do Ceará (UFC), os Comandos de Mobilização Estudantil do IFCE e da UFC. Os trabalhadores filiados ao SINTSEF e ao SINPRECE.

## A greve começa a produzir frutos

Quando demos início a presente greve, sabíamos dos cenários contraditórios que nos defrontaríamos. Havíamos recentemente suspenso uma longa e desgastante greve, que não trouxe vitórias para as duas categorias que compõem nosso Sindicato. Os docentes receberam a promessa de reestruturação da carreira e o recebimento de ínfimos 4%, a partir de março do corrente ano, que sequer recompunham as perdas inflacionárias do ano de 2010. De sua parte, os técnicos administrativos, além de docentes e técnicos dos Colégios Militares e Ex-territórios sem obter qualquer conquista com a greve realizada no ano passado, conviveram com a promessa de que só no ano de 2013 teriam repostas suas perdas salariais.

Pela força da greve dos docentes das universidades federais, pelo medo de que a greve do setor de educação contagiasse e fortalecesse os demais segmentos dos trabalhadores do serviço público federal, acreditava-se que o segmento docente seria rapidamente contemplado pelo governo federal, o que lhes permitiria rapidamente encerrar

a atual greve que vem se

**Para os técnicos administrativos, o governo reiterava que não tinha nada a oferecer antes do final do mês de julho.**

generalizando. O mesmo raciocínio não se aplicava aos técnicos administrativos. Para esse segmento, o governo reiterava seguidamente que não tinha nada a oferecer, antes do final do mês de julho. Esse prazo está esgotado e nada foi apresentado para essa categoria.

Percebendo esses aspectos contraditórios, o Comando de Greve dos trabalhadores do IFCE mobilizou o segmento técnico-administrativo para que formulasse uma pauta local, com reivindicações específicas do setor. Fazia-se necessária uma rápida ação que possibilitasse elencar e sistematizar as propostas. Reuniões de trabalho foram realizadas e o trabalho de formulação concluído. Fruto desse esforço coletivo, a Instituição ifceana foi premiada com três documentos: um contemplando a pauta geral de reivindicações da categoria e

dois documentos de autoria dos assistentes sociais e dos bibliotecários.

Nas semanas passadas, foram apresentadas as reivindicações à reitoria. Duas importantes conquistas se anunciam: a Progressão por Capacitação dos Técnicos Administrativos, há muito instituída em outros Institutos Federais, mas não no IFCE e; a instituição da jornada de 30 horas para todos os técnicos administrativos.

Reunião realizada ente a Reitoria e a “Comissão das 30 horas” sinalizou para a realização de pesquisa junto as direções dos campi. Esse levantamento tem o intuito de captar informações (turnos de trabalho dos campi e quantidade de servidores/cargos por setor). Foi pensado num formulário padrão a ser enviado para todos os diretores, de forma que as informações sejam padronizadas. O formulário conterá, além dos espaços para as informações determinadas pelo grupo, um espaço para que o gestor externar quais dificuldades que apresenta para instituir a jornada de 30h.

# Assistentes sociais se reúnem com reitoria

Na tarde do dia 26 de julho, assistentes sociais se reuniram com reitor e pró-reitores do IFCE, na sala de vídeo conferência do Campus de Fortaleza, para tratar das pautas específicas da categoria (colocar link onde a pauta pode ser localizada). O documento reivindicatório é fruto do esforço coletivo dos profissionais da área que, no decurso da presente greve, sistematizaram suas reivindicações, tomando como escopo a legislação nacional que regula a ação desses profissionais no mercado de trabalho e o hiato existente em sua aplicação na Instituição ifceana, seja no Campus Fortaleza ou nas unidades constituídas a partir da expansão da rede no Estado do Ceará.

Como a administração central já havia recebido anteriormente (indicar a data em que foi protocolado o documento) a pauta pôde fazer análise preliminar. De acordo com o pró-reitor de administração, os dirigentes estão sensibilizados com as demandas apresentadas. O professor sinalizou que poderá ter avanços quanto à resolução de algumas demandas. Não obstante, não foi indicou cronograma de ações. Daí, afirmarmos ser necessário conjugar a intenção e o gesto para que se resolvam os problemas acumulados no decurso do tempo associados aos novos, decorrentes dos aspectos contraditórios oriundos do processo de expansão.

O primeiro ponto analisado diz respeito ao não cumprimento, em alguns campi, da Lei nº 12.317/2010 que garante a carga horária de 30 horas semanais aos assistentes sociais. Esse é um direito conquistado nacionalmente por esta categoria de trabalhadores,

cabendo ao IFCE aplicar a lei. Foram sugeridos como encaminhamentos: elaborar e protocolar documento para a Reitoria/Direção Geral de Pessoas (DGP), formalizando o pedido de cumprimento da lei, para que seja efetuada análise jurídica, bem como uma consulta ao Conselho Regional dos Trabalhadores do Serviço Social (CRESS) e ao Conselho Superior (CONSUP) da Instituição ifceana; a Reitoria poderá conversar com os diretores de Acaraú e Crato para que? como também fazer um levantamento geral das instituições federais que estão cumprindo a lei. Finalizando o primeiro ponto foi solicitado o apoio da DGP e da Assessoria Jurídica do SINDSIFCE para que haja um entendimento coerente da lei e a sua aplicabilidade.

Outro ponto é garantir a participação e o poder de decisão dos assistentes sociais no planejamento e elaboração das ações de assistência estudantil. Para isso foi sugerido a formulação de uma Política de Assistência Estudantil no IFCE, contemplando a instituição uma Diretoria de Assuntos Estudantis e de um Fórum de Assistentes Sociais do IFCE. Como parte dessa política, reivindicou-se a permissão da liberação dos profissionais para a participação de encontros e reuniões da categoria, com a garantia da liberação de diárias e passagens.

O reitor afirmou que o formato dos institutos federais é composto de cinco pró-reitorias, por isso não há uma possibilidade de em breve criar a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. Porém, firmou o compromisso de criar uma Diretoria de Assuntos Estudantis. Entendemos que cabe uma revisão do

organograma institucional de forma a verificar a adequação da atual estrutura às necessidades da Instituição. Quanto à participação em encontros e reuniões da categoria?

Uma demanda sugerida pela categoria é a necessidade de contratação de mais assistentes sociais de forma que contemple os campi onde não atuam assistentes sociais e ampliem o número desses profissionais nas unidades que hoje funcionam com sobrecarga de trabalho. Somos cômicos que a qualidade do serviço ofertado pela Instituição passa pela contratação de profissionais em consonância a quantidade de pessoas atendidas e de que se acabe com a prática da alocação de trabalhadores em desvio de função. O reitor propôs elaborar e protocolar documento solicitando a contratação de Assistentes Sociais para os campi que não existe este profissional e a contratação de três assistentes sociais para o Campus Fortaleza.

A continuidade da reunião se deu com a discussão sobre a estruturação de espaços que garantam condições éticas e técnicas do trabalho dos Assistentes Sociais, aja visto a necessidade de estrutura para atendimento daqueles que recorrerem ao setor e de condições para preservar o sigilo das informações. O reitor reconheceu as deficiências de estrutura e aponta que há propostas concretas de melhoramentos, exemplificando a construção do novo prédio da reitoria. O encaminhamento para esse ponto foi: enviar memorando para a Reitoria explicando a situação de muitos campi, os quais não dispõem de espaços adequados às exigências das legislações, reivindicando melhorias

estruturais, para ser levado à reunião do Colégio de Dirigentes (COLDIR). Esse reconhecimento das carências estruturais acumuladas no Campus Fortaleza e das deficiências advindas do processo de expansão vem ao encontro da campanha desencadeada pelo SINASEFE, em âmbito nacional, e fortalecida pelo SINDSIFCE, em defesa de uma expansão de qualidade.

Os demais pontos não foram aprofundados, no entanto foram feitas algumas considerações acerca dos mesmos:

1 – sobre a criação e implantação de um sistema informatizado, foi orientado fazer uma solicitação à equipe de direção setor de Tecnologia da Informação (TI);

2 – sobre a introdução de auxiliar em administração no Serviço Social, foi dito que

dependerá do número de servidores que a Instituição irá dispor, mediante a distribuição das vagas autorizadas;

3 – sobre a avaliação do estágio probatório, a ser feita por pares que realizam atividades afins, foi acordado que deverá ser feita essa orientação aos gestores dos campi.

## Avaliação dos Assistentes Sociais

Após a reunião, os Assistentes Sociais fizeram uma rápida avaliação, considerando um avanço a categoria ter se organizado para pautar reivindicações específicas e de ter dado início a conversações com a Reitoria. Porém, foi

avaliado que para muitas reivindicações não houve respostas concretas, permanecendo ainda no campo das ideias, como possibilidades e não como metas a serem cumpridas, haja vista que, ao fim da reunião, sequer um

calendário de ações efetivas foi sinalizado pela reitoria.

## Bibliotecários e auxiliares de biblioteca do IFCE se reúnem com reitoria

Na manhã do dia 27 de julho passado, um grupo de servidores das bibliotecas do IFCE se reuniu na sala de videoconferência - Campus Fortaleza com o reitor, pró-reitores de administração, ensino, desenvolvimento institucional e de extensão. Contou com as presenças do diretor do Campus Fortaleza, representantes do setor de recursos humanos e da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI).

O objetivo da reunião foi apresentar as propostas do grupo à reitoria. Os profissionais da área reclamam da responsabilidade que recai sobre suas costas, devido à carga patrimonial do acervo bibliográfico ficar sobre sua responsabilidade. O questionamento levantado pelos

servidores das bibliotecas, diz respeito ao elevado número de acervo que algumas bibliotecas possuem e que estão disponíveis de forma livre e utilizados com grande rotatividade pela comunidade em geral, fato que preocupa, pois em algumas unidades existe uma pressão para que os servidores destes ambientes se responsabilizem por esse patrimônio, mesmo existindo mecanismos insuficientes que assegurem a segurança, a conservação e a preservação do acervo.

No decorrer, foi entregue ao reitor um documento produzido pelos servidores com as principais reivindicações pertinentes ao exercício da profissão como a Implantação do Sistema de Bibliotecas (SIBI) da Instituição ifceana. Esse

sistema visa à padronização das práticas, organização, planejamento, controle, administração e avaliação dos produtos e serviços disponibilizados por todas as bibliotecas dos campi. A reitoria mostrou-se favorável a proposta de criação do sistema apresentado por bibliotecários e auxiliares.

Foram escolhidos dois representantes sendo um bibliotecário e um auxiliar de biblioteca para acompanhar as discussões de implementação do SIBI junto às pró-reitorias, sinalizando já para a próxima semana uma reunião entre as partes.

Com a implantação do SIBI, espera-se que os problemas inerentes às bibliotecas sejam solucionados através de um

espaço para negociação das demandas junto à administração do IFCE. A implantação do sistema poderá ajudar no planejamento para a concessão de liberação dos servidores da área para cursarem pós-graduação.

**Mesmo existindo pouco mecanismo de segurança, bibliotecários e auxiliares de bibliotecas são responsáveis pelos itens dos acervos.**

Quanto à aquisição de um software de gerenciamento de acervo, outro ponto da pauta, o representante da DGTI informou que já está em processo de

licitação, com a possibilidade de conclusão em agosto. A reitoria sinalizou positivamente na questão dos servidores da área em participar nos projetos de melhoria de infraestrutura das bibliotecas.

O ponto que precisa ser analisado com muita cautela pela direção do IFCE, é referente à carga patrimonial, item que consta na pauta geral dos técnicos administrativos. Por sugestão da pró-reitoria de desenvolvimento institucional foi direcionada para a pauta dos bibliotecários. A carga Patrimonial é o conjunto de bens que estão disponíveis no ambiente de trabalho do servidor. Foi proposto na pauta

geral da categoria que a responsabilidade patrimonial fosse repassada aos cargos de chefia, direção e/ou coordenação.

**Segundo representante da DGTI, um software de gerenciamento do acervo está em licitação desde agosto.**

A reunião finalizou quando representantes do Instituto sugeriram que essa pauta fosse analisada com mais afinco, quando o SIBI for instalado e que esse ponto será discutido em momento oportuno.

